

ROBERTO MACEDO

A pior saída

Continua a discussão sobre a idéia de aumentar os impostos, no bojo das medidas cogitadas pelo governo federal para reduzir o déficit público. A idéia, obviamente, incomoda e surge com a roupagem de "última saída" se não houver alternativas, etc. e tal. É preciso tomar muito cuidado para que a última saída não se torne a primeira.

Só entendo o anúncio da idéia como uma forma de ajudar o ministro Malan, às voltas com um problema do tipo "o que eu vou dizer em Washington", onde esteve tentando costurar um acordo com o FMI e os países ricos, que emprestariam recursos ao Brasil para poder enfrentar ataques ao real e as perdas de reservas que vem sofrendo. Ainda sem um pacote de medidas já decidido internamente, ele pôde anunciar, nos seus discursos e em outras falas, que o Brasil *cogitava* até mesmo de um aumento de impostos. Obviamente, vai ser muito difícil obter ajuda externa se não houver um compromisso de ajuste das contas públicas. É como ir a um banco quando em dificuldades financeiras: ele pode até lhe dar o dinheiro, mas vai querer saber o que o cliente vai fazer para se ajustar e estar em condições de honrar os novos e os antigos débitos, no futuro. Voltando a Brasília, entretanto, o ministro Malan precisa buscar outros caminhos que não o cogitado, porque este pode até aplacar seus interlocutores em Washington, mas faria enormes danos à economia brasileira.

A idéia do aumento de impostos, no sentido de ampliar as ta-



Aumento de impostos leva à ampliação dos gastos. O governo deveria baixá-los

xas dos tributos já existentes, não se recomenda por várias razões. A carga tributária já é alta para os que pagam impostos. Vários dos impostos e contribiuições, como os encargos sociais, já têm taxas extremamente elevadas, com sérios impactos negativos, como o desestímulo ao emprego com registro em carteira profissional. Outros, como o PIS, a Cofins e a CPMF, são im-

postos em cascata, tributando mais as atividades com mais operações intermediárias e dificultando as isenções no caso de produtos e serviços exportados. Impostos como o IPI e o ICMS são regressivos no seu impacto sobre a distribuição de renda e tributos sobre o patrimônio, como o IPTU e o ITR, são aplicados de forma iníqua. E há também muita sonegação e baixa tributação de setores como o de serviços.

Justamente por todas essas e outras distorções é que existe um espaço para o governo aumentar a arrecadação sem aumentar as taxas dos impostos. Ou seja, fazendo imediatamente uma reforma tributária que elimine muitas dessas distorções e alcance os sonegadores e os que pouco pagam. Já foi dito que, onde todos pagam, todos pagam menos. Aqui, como muitos não pagam, há os que pagam demais.

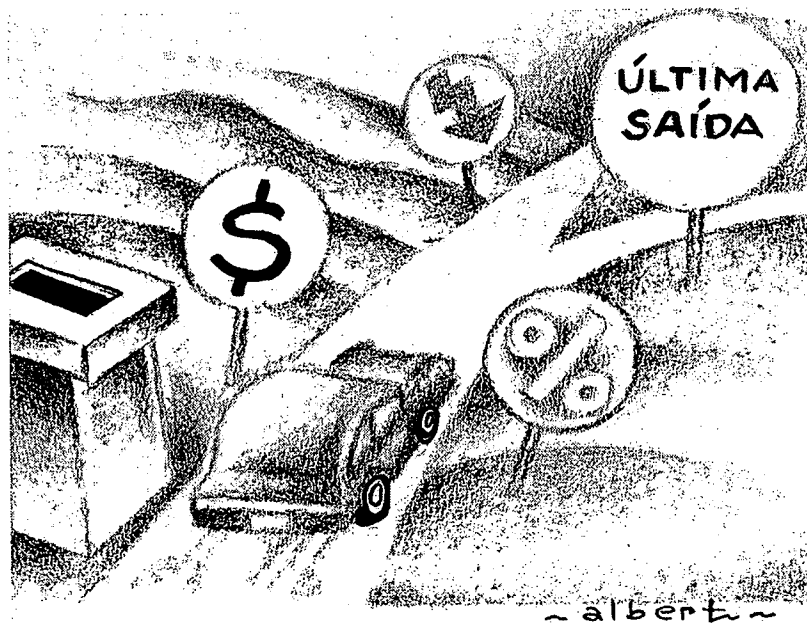
Alguém poderá dizer que não há tempo para uma reforma e são necessárias medidas emergenciais. Mas aí a última saída, o aumento dos impostos atuais, vai virar a primeira, diminuir a pressão pela reforma e tudo continuará como antes, só que com taxas mais altas. A autêntica e primeira saída, portanto, está em transformar a reforma numa solução de emergência. O que é preciso é trabalho. As eleições para o Congresso já terminaram e, em lugar de o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, admitir, como ontem anunciado na primeira página deste jornal, o aumento de

impostos, deveria convocar seus pares e os da Câmara para as reformas que se fazem necessárias no lado dos impostos.

E, também, dos gastos. O governo alega que não pode cortar gastos porque a Constituição não deixa. Que se trate de reformar a Constituição, aproveitando também a pressão do momento. Ela é tão maluca que, se o governo aumentar impostos como o IPI e o Imposto de Renda, mesmo em caráter emergencial, aumentará também gastos, como os repasses aos Estados e municípios, sem nenhuma garantia de que estes usarão os recursos adicionais para equilibrar suas finanças, e não para dispêndios adicionais. Ou seja, o aumento de impostos leva também à ampliação de gastos.

Além de todos esses problemas, o aumento de impostos é também inoportuno por uma razão muito séria: a economia encontra-se em recessão, os consumidores, retraídos e as empresas, reduzindo a produção e deixando de investir. Ainda ontem, também neste jornal, o coordenador da Arrecadação Tributária do Estado de São Paulo, Clóvis Panzarini, alertou que a receita do Estado caiu pelo terceiro mês consecutivo, o que atribuiu à fase recessiva por que passa a economia. Ora, em condições como esta, o que os livros-textos indicam é que o governo deveria baixar os impostos, e não aumentá-los. Se optar pela última como primeira saída, pode até enfraquecer mais a economia, prejudicando até mesmo seu objetivo de obter uma arrecadação maior.

Mais uma razão, portanto, para concluir que a última é mesmo a pior saída.



■ Roberto Macedo, economista com doutorado na Universidade de Harvard (EUA), é professor e consultor
E-mail: roberto@macedo.com